

Autopass S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da

Autopass S.A.

São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopass S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopass S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da receita dos serviços prestados

Veja a Nota 3.1 e 23 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento da receita da Companhia envolve a mensuração das receitas de serviços de bilhetagem que envolve taxas de conveniência pela venda de vale-transporte, taxas de administração e gerenciamento de créditos eletrônicos as contra-partes, taxas de credenciamento, emissão de cartões e serviços para o consórcio metropolitano de transportes e leva em conta dados obtidos principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como tarifas, taxas de retenção e comissões sobre os diferentes serviços oferecidos pela Companhia para os clientes.</p> <p>A receita de serviços é registrada para cada transação ou grupo similar de transações e eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia.</p> <p>Devido à complexidade dos dados usados na mensuração da receita, o elevado número de transações de serviços prestados e à relevância dos valores envolvidos, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados ao processo de registro das receitas de serviços.- Confronto, em base amostral, dos relatórios de faturamento com as respectivas faturas emitidas, comprovantes de recebimento e termos de aceite dos clientes;- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, em especial as relativas aos requerimentos de divulgação específicos relacionados ao reconhecimento da receita. <p>As deficiências que chegaram ao nosso conhecimento no desenho dos controles internos relativos à mensuração da receita de prestação de serviço alteraram nossa avaliação quanto à natureza de nosso trabalho e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada referente à mensuração da receita de serviço prestado.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da receita é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outros assuntos

Contrato Consórcio Metropolitano de Transportes ("CMT")

Conforme mencionado na Nota nº.1, as operações da Companhia são reflexo substancial do Contrato de Prestação de Serviços, Locação de Equipamentos e Outras Avenças firmado com o CMT em 27 de outubro de 2015 (com aditivo firmado em 2 de janeiro de 2018), com prazo de vigência indeterminado.

As operações da Companhia dependem da manutenção deste contrato. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Raphael Eduardo Pereira da Silva
Contador CRC 1SP242110/O-5

Autopass S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	90.393	70.919	Bilhetagem eletrônica - venda de créditos	14	58.519	31.092
Aplicações Financeiras	6	13.399	17.349	Fornecedores	15	38.388	23.646
Caixa restrito	17.2	33.872	36.000	Empréstimos e financiamentos	17	23.929	22.638
Contas a receber	7	12.548	10.820	Obrigações tributárias e trabalhistas	16	8.328	8.017
Impostos a recuperar		2.510	1.926	Passivos de arrendamento	18	5.899	2.755
Outros créditos	8	9.145	23.948	Outras contas a pagar		495	1.421
Despesas antecipadas	9	1.399	1.963	Adiantamento de clientes	19	2.608	-
Total do Ativo Circulante		163.266	162.925	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	10	-	10.775
				Total do Passivo Circulante		138.166	100.344
Não Circulante				Não Circulante			
Impostos diferidos	26	1.107	2.132	Fornecedores	15	11.114	-
Propriedade para investimento	11	2.870	2.870	Empréstimos e financiamentos	17	69.224	90.107
Imobilizado	12	47.469	8.420	Passivos de arrendamento	18	7.653	2.381
Intangível	13	101.378	77.845	Adiantamento de clientes	19	18.640	-
				Provisão para contingências	20	2.967	2.280
				Total do Passivo Não Circulante		109.598	94.768
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	21.a	53.245	24.945
				Reservas de lucros	21	39.447	58.501
				Outras reservas	21.f	(24.366)	(24.366)
Total do Ativo		316.090	254.192	Total do Patrimônio Líquido		68.326	59.080
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		316.090	254.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopass S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida	23	119.127	100.803
Custo dos produtos vendidos	24	(87.858)	(50.500)
Lucro bruto		31.269	50.303
Despesas de vendas	24	(27.019)	(46.984)
Despesas gerais e administrativas	24	(11.147)	(3.317)
Outras receitas e despesas, líquidas		1.142	44
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(5.755)	46
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	25	(14.071)	(1.237)
Receitas financeiras	25	3.363	4.116
Resultado financeiro líquido		(10.708)	2.878
Resultado antes dos impostos		(16.463)	2.924
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	(1.566)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	(1.025)	31
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(19.054)	2.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopass S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(19.054)	2.955
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(19.054)	2.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Reservas de Lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros não realizados	Outras reservas		
Saldo em 01 de janeiro de 2019		24.945	4.371	48.957	2.213	(24.366)	-	56.120
Lucro líquido do Exercício		-	-	-	-	-	2.955	2.955
Constituição de reserva legal	21.b	-	148	-	-	-	(148)	-
Reserva de lucros	21.d	-	-	2.807	-	-	(2.807)	-
Outros ajustes		-	-	5	-	-	-	5
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		24.945	4.519	51.769	2.213	(24.366)	-	59.080
Prejuízo do exercício		-	-	(19.054)	-	-	-	(19.054)
Aumento de capital social	21.a	28.300	-	-	-	-	-	28.300
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		53.245	4.519	32.715	2.213	(24.366)	-	68.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopass S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(19.054)	2.955
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		13.712	9.161
Perda sobre baixas do ativo imobilizado		1.987	1.969
Perda sobre baixas do ativo intangível		3.395	-
Provisão de juros de empréstimos e amortização de custos de captação		10.433	-
Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais		814	(3.376)
Correção de erro na mensuração de contratos de arrendamento		-	(2.959)
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil		964	380
Encerramentos antecipados de contratos de arrendamento		(3.398)	(767)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos		2.591	(31)
Outras transações		3.236	279
		<u>14.680</u>	<u>7.611</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(1.728)	16.196
Impostos a recuperar		(584)	798
Outros créditos e despesas antecipadas		7.252	(8.407)
Depósitos judiciais		-	16
Fornecedores		22.620	13.334
Obrigações tributárias e trabalhistas		311	(3.833)
Bilhetagem eletrônica		27.427	(24.675)
Pagamentos de demandas judiciais		(127)	-
Outras contas a pagar		(2.652)	(7.401)
Adiantamento de clientes		21.248	-
		<u>88.447</u>	<u>(6.361)</u>
Caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais		<u>88.447</u>	<u>(6.361)</u>
Impostos pagos sobre o lucro		(134)	-
Juros pagos	17	(8.677)	-
		<u>79.636</u>	<u>(6.360)</u>
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		<u>79.636</u>	<u>(6.360)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Empréstimos a receber de partes relacionadas		-	(6.079)
Investimentos em títulos públicos e caixa restrito		6.078	(53.349)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(64.631)	(46.036)
Antecipação de dividendos		(2.660)	-
		<u>(61.213)</u>	<u>(105.464)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>(61.213)</u>	<u>(105.464)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social	21.a	28.300	-
Pagamento de arrendamento mercantil	18	(6.196)	(4.082)
Empréstimos obtidos junto a terceiros		-	112.746
Pagamento de empréstimos - principal	17	(21.053)	-
		<u>1.051</u>	<u>108.664</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>1.051</u>	<u>108.664</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		<u>19.474</u>	<u>(3.161)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro		70.919	74.080
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	90.393	70.919
		<u>19.474</u>	<u>(3.161)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Autopass S.A. (“Autopass” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.327 - 10º Andar, São Paulo, SP, tendo como objeto principal a gestão de sistemas de bilhetagem, com a automação e gestão de operações de pagamento antecipado de viagens realizadas por qualquer modal de transporte coletivo, além da intermediação de negócios vinculados à atividade de transporte de passageiros e à comercialização de cartões e créditos de vale-refeição, vale-alimentação, podendo ainda participar como sócia ou acionista em outras sociedades.

O sistema de bilhetagem da Companhia atende às empresas do Consórcio Metropolitano de Transportes (CMT), Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRO), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), o transporte municipal da Prefeitura de Itapeverica da Serra (entre outras redes de transportes municipais), sendo que a rede de vendas da Companhia está entre as 10 maiores prestadoras de serviços de vendas de créditos de bilhete único para a São Paulo Transporte (SPTrans).

As operações da Companhia são reflexo substancial do Contrato de Prestação de Serviços, Locação de Equipamentos e Outras Avenças firmado com o CMT em 27 de outubro de 2015 (com aditivo firmado em 2 de janeiro de 2018), com prazo de vigência indeterminado.

Em 24 de abril de 2020, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) para implantar, operar, manter e ampliar a Bilhetagem Eletrônica da ABASP, em benefício de suas associadas, pelo prazo de 20 anos, se tornando o principal contrato da Companhia.

Decorrente a este contrato celebrado com a ABASP, nasce o Projeto TOP. Este projeto foi dividido em 2 fases. A primeira fase, QR Code, foi a implementação e comercialização no Sistema de Bilhetagem, bilhetes unitários com a tecnologia QR Code em substituição aos bilhetes em papel edmonson. A segunda fase, Cartão TOP, foi a substituição do cartão BOM para o cartão múltiplo TOP. O cartão TOP é dotado de características e tecnologias que possibilita sua utilização no sistema de bilhetagem e acesso a serviços financeiros, pois oferece através de uma conta digital, um cartão com a bandeira Mastercard nas funções de débito e crédito.

1.1 Impactos Covid 19

A Companhia está domiciliada no Brasil e dedica-se preponderantemente à gestão de bilhetagem eletrônica de transporte público. Seus negócios foram impactados pela pandemia de COVID-19 e pelas medidas adotadas pelo governo para mitigar a disseminação da doença, com efeito negativo no desempenho financeiro da Companhia durante os anos de 2020 e 2021.

Apesar da redução das medidas restritivas para mitigar a propagação do vírus, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 19.054 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (lucro de R\$ 2.955 em 31 de dezembro de 2020).

Nesse exercício foi realizado o lançamento do projeto TOP e com isso os custos operacionais foram elevados, passando de R\$ 50.500 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 85.799 em 31 de dezembro de 2021. No entanto, devido à queda da demanda em consequência dos impactos da pandemia, como citado acima, a receita líquida não retornou aos patamares pré-pandemia, obtendo aumento de 18%, passando de R\$ 100.803 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 119.127 em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia excedeu o passivo circulante em R\$ 25.100 (R\$ 62.581). A Companhia possui R\$ 90.393 em recursos compreendendo caixa e equivalentes de caixa, outros ativos de alta liquidez e linhas de crédito não utilizadas disponíveis na data de autorização destas demonstrações financeiras.

Com a pandemia ainda em curso e com lançamento de projetos importantes (QR Code e TOP) a Companhia apresentou durante o ano de 2021 uma necessidade de caixa. Diante disso, os seus acionistas reforçaram o compromisso com a Companhia aportando R\$ 28.300 de capital social. Para fazer frente a essa necessidade e dar continuidade em suas atividades.

Outro ponto relevante para o equilíbrio financeiro da Companhia é o aumento da tarifa do contrato vigente com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP), passando de R\$0,1190 para R\$0,2395 por “catracada”. Esse aumento estava previsto para julho de 2021 e não ocorreu decorrente do atraso do governo de São Paulo em cessar as vendas do BOM. Foi divulgado na mídia em 22 de março de 2022 que a comercialização do BOM cessa em 04 de abril de 2022 e conseqüentemente ocorre o aumento da tarifa da Companhia.

Logo, a Administração continua a ter uma expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para continuar operando e que o pressuposto de continuidade dos negócios permanece apropriado, concluindo não haver incertezas relevantes que possam levantar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuidade operacional, tanto pela absorção dos impactos até aqui observados, como pela recomposição dos desequilíbrios passados e futuros nos contratos que suportam as suas atividades.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade, bases de elaboração e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelos Conselho Federal de contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado de forma diversa nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas para emissão e divulgação de acordo com a aprovação dos membros do Conselho de

Administração da Companhia em 30 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) e as demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico em 31 de dezembro de 2021 e 2020., exceto pelas aplicações financeiras avaliadas a valor justo.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

3 Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em contrapartida serviço prestado para seus clientes.

As receitas de taxa de credenciamento, decorrentes da operação de venda de créditos de passagens eletrônicas, são apropriadas ao resultado de acordo com o processamento da liberação dos respectivos créditos nos cartões eletrônicos de transportes para os seus respectivos usuários.

As receitas decorrentes de serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos (bilhetagem eletrônica), bem como outros serviços prestados à clientes, são apropriadas no resultado quando as obrigações de desempenho são atendidas – isto é, mediante a utilização dos créditos eletrônicos pelos usuários de transporte.

As receitas de taxas de emissão de segunda via de cartão e as taxas de entrega em domicílio são reconhecidas no resultado quando a obrigação de entregar são efetivadas.

Obrigação de desempenho e política de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
------------------------	--	--

(a) Taxa de conveniência pelas vendas de créditos vale-transporte às empresas.	Receita proveniente dos pedidos realizados no site da Autopass, no qual é efetuado a cobrança de taxa de credenciamento/ administrativa, pelo serviço de recarga e gerenciamento de créditos de vale-transporte.	Reconhecimento mediante a liberação do pedido de vale-transporte e pagamento do boleto, em que há a emissão de NFS-e simultaneamente de maneira automática.
(b) Taxa de administração e gerenciamento de vendas de créditos eletrônicos às empresas intermunicipais; (c) Taxa de administração cobrada das empresas de transportes às empresas municipais;	Receitas provenientes da taxa de utilização do cartão intermunicipal nos ônibus municipais e intermunicipais de créditos de vale-transporte.	Reconhecimento ocorre por meio da utilização do usuário do crédito de vale-transporte que é chamada de “catracada”.
(d) Receita oriunda do credenciamento junto à SPTRANS;	Receita de comissão sobre a venda de crédito “Bilhete Único”, no qual a Autopass é Credenciada.	Reconhecimento mensal, pelo mapeamento de toda venda efetuada em que a cobrança de uma taxa de comissão.
(e) Prestação de serviços cobrados na emissão da 2ª via dos cartões eletrônicos;	A operação de taxa 2º via, refere-se a cobrança ao cliente pela emissão de um novo cartão nos pontos de atendimento, por motivo de perda, ou furto.	Ocorre o reconhecimento, por meio da entrega do cartão e pagamento do boleto pelo usuário.
(f) Tarifa na entrega do cartão domiciliar.	Receita pela cobrança ao cliente pela entrega do cartão emitido, no domicílio do usuário.	Ocorre o reconhecimento, por meio da entrega do cartão e pagamento do boleto pelo usuário.
(g) Receita oriunda contrato de prestação serviços Consorcio Metropolitano.	Receita referente aos contratos intermunicipais do CMT com as operadoras de ônibus, no qual recebe % sobre o total transportado.	Reconhecimento, por meio do fechamento mensal do total de passageiros transportados, em que a aplicação de % (no qual prevê os custos inerentes na prestação de serviços).

3.2 Instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros

a.1 Ativos financeiros

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo,

acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado (“VJR”); (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”), conforme a situação.

A classificação dos ativos financeiros, segundo a CPC 48, é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras e outras contas a receber.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Em dezembro de 2021, a Companhia classificou os ativos financeiros na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

a.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Mensuração subsequente – outros passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados, exceto aqueles designados como instrumentos financeiros derivativos de cash flow hedge. Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado, quando incorridos.

- Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado,

utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

a.3 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata (em até 90 dias) em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

3.4 Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revistos quando a Companhia identifica mudanças no ambiente em que opera e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são as seguintes:

Ativo imobilizado	Vidas úteis estimadas
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Instalações	5 a 10
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 a 5

3.5 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela Companhia como definida.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revistos sempre que houver indicação de mudanças na vida útil deste ativo.

Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Taxas de amortização

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos intangíveis foram amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

Ativo intangível	Vidas úteis estimadas	
	2021	2020
Licenças de Software	5	5
Projetos desenvolvidos internamente	20	-

3.6 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável de seus ativos financeiros, e quando da existência de indicadores da perda, o valor recuperável desses ativos. Se o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, uma perda no montante dessa diferença é reconhecida no resultado daquele período.

Para testes de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, os ativos são agrupados na menor unidade possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”). O valor recuperável das UGCs corresponde ao seu valor justo.

A determinação das UGCs tem como base, principalmente, o fato de ser a menor unidade com monitoramento para fins gerenciais.

Para avaliar o valor em uso, a Companhia considera projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas de mercado, demanda e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto. Para ativos que não *goodwill*, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.7 Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é representada por imóvel (unidades) construído mantido para futuras negociações. A propriedade para investimento é reconhecida pelo valor de custo.

3.8 Bilhetagem eletrônica – vendas de créditos

Através de rede de vendas, própria e terceirizada, a Companhia efetua a captação de valores para utilização no transporte público.

As transações de saldos de bilhetagem eletrônica apresentadas nas demonstrações contábeis referem-se a saldos a pagar (repasses) e a receber decorrente da comercialização dos produtos oferecidos no sistema de bilhetagem eletrônica pelas empresas de transportes coletivos, conforme contratos firmados entre as partes para gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, bilhetagem e remição.

Os valores a receber de rede de vendas e parceiros são relacionados às vendas de créditos eletrônicos registrados pelo valor adquirido, líquidos das taxas de administração. A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de crédito e, substancialmente, exige garantias reais de seus parceiros e rede de vendas. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e os títulos são reclassificados para o não circulante, sendo registrada uma perda estimada com créditos em contrapartida as despesas com vendas na demonstração de resultado.

Transações pendentes de repasse referem-se aos valores das vendas de créditos eletrônicos de passagens para transporte coletivo realizadas pela rede de vendas e parceiros. Os prazos de recebimento de parceiros e rede de vendas são inferiores a 7 (sete) dias úteis.

3.9 Provisões para demandas judiciais

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

3.10 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se se pretende realizá-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se pretende realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 - meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

3.11 Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.12 Benefícios à empregados

Os salários e benefícios concedidos à empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros) e, remuneração variável, tais como bônus. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.13 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatária

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.14 Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis. Para o exercício de 2020, não foram apurados tais tributos a pagar.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação das leis fiscais. Essa avaliação é fundamentada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Se novas informações forem disponibilizadas e que levarão a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

3.15 Tributos sobre prestações de serviços

Alíquotas para contribuição do PIS e da COFINS são 1,65% e 7,60%, respectivamente (regime não cumulativo), reduzidos de créditos apurados pelos mesmos percentuais dos impostos sobre valores de determinados custos e despesas, diretamente atribuíveis à operação.

As receitas de prestação de serviço são também tributadas pelo ISS-QN por alíquotas que variam entre 2% e 5%.

3.16 Normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. *Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (IAS 37 alterações ao CPC 25)*

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

b. *Outras Normas*

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Alteração na norma IAS 16 CPC 27 Imobilizado – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;

- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1 CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9 CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16 CPC 06, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41 CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;

- Alteração na norma IFRS 3 CPC 15 – inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;

- Alteração na norma IAS 8 CPC 23 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

- Alteração na norma IAS 12 CPC 32– traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

- Alteração na norma IFRS 17 CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

- Alteração na norma IFRS 4 CPC 11 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 CPC 48 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 CPC 48 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e

- Alteração na norma IAS 1 CPC 26 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

4 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas, prospectivamente, no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 12 e 18 - Ativo de direito de uso (Arrendamentos) – Definição do período de arrendamento.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 12 - Imobilizado** – Determinação da vida útil para depreciação do ativo imobilizado.
- **Nota Explicativa nº 13 - Intangível** – Determinação da vida útil para amortização dos softwares e projetos.
- **Nota explicativa nº 20 – Provisão para contingências** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

- **Nota explicativa nº 26 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

5 Caixa e equivalentes de Caixa

Descrição	2021	2020
Caixa e banco	7.024	4.282
Aplicações financeiras (a)	<u>83.369</u>	<u>66.637</u>
Total	<u>90.393</u>	<u>70.919</u>

- (a) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), fundos de investimentos e operações compromissadas lastreadas em Debêntures, remunerados à taxa próxima ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) através de bancos de primeira linha e que possuem liquidez diária.

6 Aplicações financeiras

Descrição	2021	2020
Aplicações financeiras títulos públicos (a)	<u>13.399</u>	<u>17.349</u>
	<u>13.399</u>	<u>17.349</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações em títulos públicos foram aplicadas 100% em LFT e são remuneradas pela taxa Selic.

7 Contas a receber

	Notas	2021	2020
Serviços de bilhetagem eletrônica	(a)	3.918	3.436
Rede de vendas e outros canais		8.476	4.206
Contas a receber com partes relacionadas	(b)	154	3.007
Outras contas a receber		<u>-</u>	<u>171</u>
		<u>12.548</u>	<u>10.820</u>

- (a) Serviços de bilhetagem eletrônica referem-se a contas a receber de clientes relacionados à gestão das operações de bilhetagem e rede de vendas para comércio de créditos eletrônicos.
- (b) Transações referem-se a saldos a receber de Operadoras Municipais de transporte, conforme contratos firmados entre as partes pela gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, gestão de caixa, bilhetagem e remissão. Esses clientes foram considerados partes relacionadas por pertencerem a acionistas do Grupo Mondopass.

Considerando os saldos registrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Administração avaliou a perda estimada com créditos sobre contas a receber e concluiu que não há necessidade de constituição desta provisão, pois não há títulos com vencimento acima de 30 dias e não há histórico de perdas. Os recebimentos de clientes são feitos substancialmente através de efetivo de caixa ou recebimentos através de cartões de créditos.

8 Outros créditos

	2021	2020
Adiantamentos à fornecedores	1.626	10.226
Outros créditos (a)	<u>7.519</u>	<u>13.722</u>
	<u>9.145</u>	<u>23.948</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 3.254 referem-se a contas a receber com Consorcio Itasaúde (2.355 em 2020), R\$ 3.235 de antecipações de dividendos (R\$ 574 em 2020), R\$ 482 de créditos com partes relacionadas (9.073 em 2020) e R\$ 548 referente a outros créditos (2.362 em 2020).

9 Despesas antecipadas

	2021	2020
Licenças de uso	1.207	1.220
Outras despesas antecipadas	192	743
	1.399	1.963

10 Partes relacionadas

As transações de saldos de partes relacionadas referem-se a saldos a receber conforme abaixo:

Os saldos de partes relacionadas estão assim apresentados:

	Nota	2021	2020
Contas a receber Consórcio Itasaúde (a)	8	3.254	-
Antecipação de dividendos (b)	8	3.235	574
Contas a receber operadoras transporte intermunicipal (c)	7	154	3.007
Mondopass S.A. (d)	8	466	9.073
Mondo Holding S.A.	8	16	-
		7.125	12.080

- (a) A Companhia participa no Consórcio Itasaúde, que tem como objetivo a prestação de serviço de fornecimento de solução de apoio à Gestão aos Serviços de Saúde do Município de Itapeverica da Serra/SP.
- (b) Os Administradores da Companhia possuem ações preferencias, sem direito a voto e com dividendos condicionados a existência de lucro no exercício, conforme previsto no artigo 6º do Estatuto da Companhia.
- (c) Valor a receber de R\$ 52 da operadora Danubio Azul, R\$ 34 da Del Rey Transportes, R\$ 26 da Viação Fermina, R\$ 21 da Empresa de Transportes e Turismo Carapicuíba e R\$ 21 de outras operadoras.
- (d) Em 22 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava R\$ 10.876 de empréstimos a receber da Mondopass. Nesta mesma data foi aprovado pelo Comitê de Investimento a compensação deste saldo com os dividendos e juros sobre capital próprio a pagar no montante de R\$ 10.410, logo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta o saldo a receber da Mondopass de R\$ 466 (9.073 em 2020).

Resultado:	2021	2020
Receitas Serviços Consórcio Itasaúde	1.216	2.545
Receita de Serviços operadoras	5.843	5.366
	7.059	7.911

Remuneração aos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a remuneração paga ao pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários e benefícios não monetários no montante de R\$ 3.702 e R\$ 10.468, respectivamente.

11 Propriedades para investimento

Em dezembro de 2018, como pagamento pela venda de terreno de sua propriedade, a Companhia recebeu, em permuta, um imóvel no valor de R\$ 2.870. O imóvel foi registrado pelo valor justo calculado na data da aquisição e mantido pelo seu custo de aquisição em diante. Em 31 de dezembro de 2021 o imóvel está construído, em fase de entrega de chaves e registrado pelo custo histórico.

12 Imobilizado

<i>Descrição</i>	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2021	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2020
Móveis e utensílios	703	(382)	321	706	(331)	375
Instalações	836	(544)	292	835	(455)	380
Máquinas e equipamentos	33.108	(1.391)	31.717	444	(251)	193
Equipamentos de informática	6.685	(4.593)	2.092	6.864	(4.049)	2.815
Benfeitorias em bens de terceiros	466	(348)	118	432	(247)	185
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	4.150	(827)	3.323	5.930	(3.133)	2.797
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos)	20.721	(11.115)	9.606	7824	(6.149)	1.675
	<u>66.669</u>	<u>(19.200)</u>	<u>47.469</u>	<u>23.035</u>	<u>(14.615)</u>	<u>8.420</u>

<i>Descrição</i>	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2019 (não auditado)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Móveis e utensílios	706	-	-	706	1.092	-	(386)	706
Instalações	836	-	-	836	837	-	(1)	836
Máquinas e equipamentos	444	32.700	(36)	33.108	553	5	(114)	444
Equipamentos de informática	6.864	271	(450)	6.685	6.979	298	(413)	6.864
Benfeitorias em bens de terceiros	431	33	-	464	459	-	(28)	431
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	5.287	4.150	(5.287)	4.150	9.208	-	(3.921)	5.287
Direito de uso de arrendamentos	7.824	12.896	-	20.720	24.062	-	(16.238)	7.824
	<u>22.392</u>	<u>50.050</u>	<u>(5.773)</u>	<u>66.669</u>	<u>43.190</u>	<u>303</u>	<u>(21.101)</u>	<u>22.392</u>

<u>Depreciação do ativo imobilizado</u>	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2019 (não auditado)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Móveis e utensílios	(331)	(54)	-	(385)	(331)	-	-	(331)
Instalações	(456)	(88)	-	(544)	(367)	(242)	153	(456)
Máquinas e equipamentos	(251)	(1.163)	23	(1.391)	(227)	(24)	-	(251)
Equipamentos de informática	(4.049)	(544)	-	(4.593)	(1.216)	(2.833)	-	(4.049)
Benfeitorias em bens de terceiros	(246)	(100)	-	(346)	(155)	(91)	-	(246)
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	(2.490)	(827)	2.490	(827)	(863)	(1.627)	-	(2.490)
Direito de uso de arrendamentos	(6.149)	(6.238)	1.273	(11.114)	(3.743)	(2.406)	-	(6.149)
	<u>(13.972)</u>	<u>(9.014)</u>	<u>3.786</u>	<u>(19.200)</u>	<u>(6.902)</u>	<u>(7.223)</u>	<u>153</u>	<u>(13.972)</u>

13 Intangível

<i>Descrição</i>	Amortização			Amortização		
	Custo	acumulada	Líquido 31/12/2021	Custo	acumulada	Líquido 31/12/2020
Licença de uso de software	9.492	(6.213)	3.279	16.444	(10.782)	5.662
Softwares desenvolvidos internamente (a)	101.399	(3.300)	98.099	72.416	(233)	72.183
	<u>110.891</u>	<u>(9.513)</u>	<u>101.378</u>	<u>88.860</u>	<u>(11.015)</u>	<u>77.845</u>

Descrição	Saldo em			Saldo em			Saldo em		
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	31/12/2019 (não auditado)	Adições	Baixas	31/12/2020	
Licença de uso de software	16.444	719	(7.671)	9.492	15.040	1.404	-	16.444	
Softwares desenvolvidos internamente (a)	72.416	30.908	(1.925)	101.399	29.114	44.329	(1.027)	72.416	
	<u>88.860</u>	<u>31.627</u>	<u>(9.596)</u>	<u>110.891</u>	<u>44.154</u>	<u>45.733</u>	<u>(1.027)</u>	<u>88.860</u>	

Descrição	Saldo em			Saldo em			Saldo em		
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	31/12/2019 (não auditado)	Adições	Baixas	31/12/2020	
Amortização de licença de uso de software (b)	(10.782)	(1.631)	6.200	(6.213)	(9.077)	(1.705)	-	(10.782)	
Amortizações softwares des. internamente	(233)	(3.067)	-	(3.300)	-	(233)	-	(233)	
	<u>(11.015)</u>	<u>(4.698)</u>	<u>6.200</u>	<u>(9.513)</u>	<u>(9.077)</u>	<u>(1.938)</u>	<u>-</u>	<u>(11.015)</u>	

- (a) Os principais softwares desenvolvidos internamente referem-se ao projeto QRCode, destinado ao desenvolvimento da leitura do QRCode nas bilheterias, projeto TOP, cartão múltiplo, dotado de tecnologias que possibilita sua utilização no sistema de bilhetagem e ao mesmo tempo com as funcionalidades de débito e crédito, possibilitando aos usuários inclusão a serviços financeiros e o 411 (antigo 822) destinado ao desenvolvimento de software de integração do sistema de bilhetagem. O Projeto QR Code foi lançado em abril de 2021 e com isso cessamos as capitalizações e iniciamos as amortizações com base na vigência do contrato (20 anos) firmado com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) para implantar, operar, manter e ampliar a Bilhetagem Eletrônica. O projeto TOP, foi lançado em novembro de 2021 e faz parte do contrato com a ABASP, logo as amortizações seguem o mesmo critério do projeto QR Code. O projeto 411 (antigo 822), está em fase de desenvolvimento com previsão de conclusão para o final do ano de 2022.
- (b) Em 31 de dezembro de 2021, fizemos a baixa de custo e amortização de um contrato de licença de software no montante de R\$ 4.944 (contrato totalmente amortizado). Logo, as baixas de custo e amortizações no quadro acima estão impactadas por essa baixa.

14 Bilhetagem eletrônica

	2021	2020
Saldo de bilhetagem eletrônica com rede de vendas	3.901	3.338
Saldo de bilhetagem eletrônica com Sp Trans	1.592	1.039
Saldo de bilhetagem eletrônica com CMT	<u>53.026</u>	<u>26.715</u>
	<u><u>58.519</u></u>	<u><u>31.092</u></u>

15 Fornecedores

	2021	2020
Infraestrutura e tecnologia da informação	3.183	655
Serviços	39.661	22.667
Insumos na prestação de serviços	467	24
Publicações e marketing	5.595	142
Aluguéis a pagar	509	20
Serviços de transportes	<u>87</u>	<u>138</u>
	<u>49.502</u>	<u>23.646</u>
Circulante	38.388	23.646
Não circulante	11.114	-

Durante o ano de 2021 foi implantada a área e políticas de compras da Companhia. Os processos e regras estabelecidos pela área de compras corroboraram no alongamento dos prazos de pagamentos, passando de um prazo médio de 30 dias para 70 dias. Outro fator relevante que contribuiu com o aumento do saldo dos fornecedores foi o atraso na entrega do projeto TOP que consequentemente tiveram pagamentos prorrogados.

16 Obrigações tributárias e trabalhistas

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social	415	102
Imposto sobre serviços - ISS	285	248
PIS e COFINS	372	265
Outros tributos a recolher	<u>308</u>	<u>368</u>
Obrigações tributárias	<u>1.380</u>	<u>983</u>
Provisão para férias	1.540	2.617
INSS	806	1.666
FGTS	259	794
Participação nos lucros ou resultados	<u>4.343</u>	<u>1.957</u>
Obrigações trabalhistas	<u>6.948</u>	<u>7.034</u>
	<u><u>8.328</u></u>	<u><u>8.017</u></u>

17 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia, por meio dos bancos Itaú, Bradesco e Santander, emitiu o montante de R\$ 120.000 em Debêntures em dezembro de 2020 a ser pago ao longo de 5 anos através de amortização mensal com início em março de 2021.

Saldo de debêntures em 2019	-
(+) Provisão de juros	53
(-) Pagamentos	(53)
Captação de empréstimos	120.000
Custos de empréstimos	(7.254)
	<hr/>
Saldo de debêntures em 2020	112.746
Circulantes	22.638
Não circulantes	90.107
	<hr/>
(+) Provisão de juros	8.873
(-) Pagamentos de principal	(21.053)
(-) Pagamentos de juros	(8.677)
(+) Custo de empréstimos	(264)
(+) Amortização de custos de captação	1.528
	<hr/>
Saldo de debêntures em 2021	93.153
Circulantes	23.929
Não circulantes	69.224

							<u>Período de pagamento</u>
Emissora	Instituição financeira	Valor contratado	Data de contratação	Valor liberado	Início	Fim	
Autopass	Itaú, Bradesco e Santander	120.000	dezembro de 2020	120.000	março de 2021	novembro de 2025	
							<u>Saldo da dívida</u>
Garantias		Finalidade	Custo da dívida (a.a.)	Forma de pagamento	31/12/2021		
<i>Cash colateral</i> e garantia real + fidejussória		Projeto Paulistão	CDI + 3,75%	mensal	99.143		

17.1 Fluxo de Pagamentos

Ano	Amortização (a)
2022	38.419
2023	32.625
2024	29.321
2025	24.412
	<hr/>
	124.777

(a) O fluxo de pagamentos contempla o valor da amortização do principal e os juros a incorrer até a liquidação.

17.2 Garantias

As garantias do empréstimo são: garantia real, com garantia adicional fidejussória e *cash colateral* no montante de R\$ 33.872.

17.3 Covenants Financeiros

A Companhia está sujeita a razão entre a Dívida Financeira Líquida e EBITDA inferior a 2,0 (dois inteiros) o qual deverá ser anualmente calculado pela emissora ao término de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2021, foi feita a primeira apuração referente a este exercício social e a Companhia apresenta índice de alavancagem bem abaixo do limite máximo em virtude do excesso de caixa. Portanto, está *on Compliance*.

18 Passivos de arrendamento

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro a seguir:

<i>Descrição</i>	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31.12.2019	9.480	23.111	32.591
Atualizações Contratuais	687	-	687
Remensuração contrato por alterações de cláusulas	-	(557)	(557)
Correção de erro na mensuração de contratos de arrendamento	(5.438)	(17.678)	(23.116)
Juros apropriados no exercício (Resultado)	190	190	380
Baixa por pagamento	(1.171)	(2.911)	(4.082)
Descontos financeiros Covid-19	(351)	(416)	(767)
Saldo em 31.12.2020	3.397	1.739	5.136
Adições (a)	4.150	12.986	17.046
Baixas	(3.398)	-	(3.398)
Juros apropriados no exercício (Resultado)	222	742	964
Baixa por pagamento	(609)	(5.587)	(6.196)
Saldo em 31.12.2021	3.762	9.790	13.552

- (a) As parcelas a pagar dos novos contratos estão a valor presente com a aplicação da taxa de desconto de 12,9% (CDI anual mais GIRO de capital próprio).

A análise de maturidade dos contratos, prestações não descontadas e conciliadas com os saldos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 é conforme segue:

Maturidade dos contratos Vencimento das prestações	Valor nominal	Juros embutidos	Total
2022	6.605	(706)	5.899
2023	5.125	(357)	4.768
2024	2.164	(123)	2.041
2025	863	(19)	844
Saldo do passivo de arrendamento	14.757	(1.205)	13.552

19 Adiantamento de clientes

Descrição	2021	2020
Adiantamentos recebidos Mastercard (a)	20.821	-
Adiantamentos recebidos ABASP (bilhetagem)	<u>427</u>	<u>-</u>
Total	<u>21.248</u>	<u>-</u>
Circulante	2.608	-
Não circulante	18.640	-

- (a) A Companhia desenvolveu o projeto TOP em parceria com a Pefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. A Parceria entre Autopass e Pefisa consiste na combinação de esforços para a divulgação e comercialização de produtos e serviços da Pefisa para a base de clientes da Autopass. Para isso foi emitido o cartão múltiplo chamado “TOP”. Esse cartão é dotado de características e tecnologias que possibilita sua utilização ininterrupta no sistema de bilhetagem gerido pela Autopass e de serviços financeiros e de pagamentos amparados pela Pefisa. Para esse cartão atender a oferta de serviços financeiros, fez se necessário a utilização de uma Bandeira. Logo a Autopass (sem Pefisa) fechou o contrato com a Mastercard para atender essa obrigatoriedade da operação. A Bandeira Mastercard fatura e remunera a Autopass sob o volume transacionado de compras e oferece outros incentivos por essa parceria. Em até 31 de dezembro de 2021 a Companhia recebeu R\$ 21.600 de incentivos da Mastercard, dos quais estão reconhecidos no resultado R\$ 779, na linha de outras receitas e despesas operacionais, de acordo com a vigência do contrato de 10 anos.

20 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

Em 2021, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 2.967 (R\$ 2.280 em 2020). A Companhia não apresenta depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais. A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

	2020	Adições	Reversões	2021
Fiscal (a)	887	1.122	(435)	1.574
Trabalhista	221	6	(221)	6
Cível (b)	<u>1.172</u>	<u>865</u>	<u>(650)</u>	<u>1.387</u>
	<u>2.280</u>	<u>1.993</u>	<u>(1.306)</u>	<u>2.967</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou a provisão de R\$ 1.560 referente ao risco tributário de recolhimento de ISS aos municípios de origem das emissões de segunda via do cartão BOM.
- (b) Em 31 de dezembro de 2021, a provisão de R\$ 1.353 de processo cível corresponde ao litígio entre Autopass e Banco BMG S.A. oriundo da frustração de uma parceria comercial entre elas para a comercialização de cartões inteligentes de transporte com função bancária integrada.

A Companhia possui 5 processos de natureza trabalhista com risco possível cujos pedidos somam o valor de R\$ 1.070 (R\$ 1.000 em 2020), sendo que oitenta e cinco por cento deste valor decorre de duas reclamações trabalhista nas quais a Companhia figura como responsável subsidiária.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em dezembro de 2021 a Companhia recebeu aporte de capital de sua acionista Mondopass S.A., de R\$ 28.300 com a emissão de 28.329.631 ações ordinárias e nominativas. Portanto em 31 de dezembro de 2021 o capital social é R\$ 53.245 (R\$ 24.945 em 2020), composto de 53.297.746 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal (24.945.000 em 2020), integralmente detidas pela Mondopass S.A.

b. Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem registrado na rubrica de “reserva legal” o valor de R\$ 4.519 (R\$ 4.519 em 2020).

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral destinar o resultado apurado, líquido das constituições, sem a obrigatoriedade de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, de reservas exigidas por lei. Em 22 de dezembro de 2021, foi aprovado pelo Comitê de Investimento a compensação do saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar com o montante de empréstimos concedidos à Mondopass no montante de R\$ 10.410.

d. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem registrado na rubrica de “reservas de lucros” R\$ 32.715 (R\$ 51.769 em 2020).

e. Reserva de lucros não realizados

A reserva de lucros não realizados é constituída com o intuito de segregar do resultado do exercício itens que não tiveram efeito caixa para que estes não integrem a base de reserva de lucros e de distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou como reserva de lucros não realizados o ganho na operação de permuta com bens do ativo imobilizado. Os valores declarados em 2020 e 2019 é R\$ 2.213.

f. Outras reservas - Registro da transação de créditos entre acionistas

Em 20 de dezembro de 2016, a Interpass Participações S.A. (controladora anterior da Companhia) celebrou acordo junto à Mondopass S.A. para a venda integral das participações societárias mantidas na Companhia, na Promojet Gestão S.A. e Bom Mob Telecom S.A. Como a Interpass Participações S.A. possuía saldo a pagar para a Companhia, alienou a participação societária para a Mondopass S.A. mediante a assunção da dívida por esta última. Em virtude desse registro de transação de crédito entre acionistas, o saldo a receber da Companhia junto à Mondopass S.A. foi reclassificado para a rubrica “Outras Reservas” no Patrimônio líquido (em virtude da intenção de incorporação ao capital social da Companhia), no montante de R\$ 24.366.

22 Instrumentos financeiros

Valor Justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

	31/12/2021		31/12/2020		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	90.393	90.393	70.919	70.919	Nível II	Custo amortizado (i)
Aplicações financeiras	13.399	13.399	17.349	17.349	Nível I	Valor justo por meio de resultado (i)
Caixa restrito	33.872	33.872	36.000	36.000	Nível II	Custo amortizado (i)
Contas a receber	12.548	12.548	10.820	10.820	Nível II	Custo amortizado (i)
Conta corrente com partes relacionadas	<u>482</u>	<u>482</u>	<u>9.073</u>	<u>9.073</u>		
Passivos financeiros						
Fornecedores	49.502	49.502	23.646	23.646	Nível II	Custo amortizado (i)
Bilhetagem eletrônica	58.519	58.519	31.092	31.092		
Outras contas a pagar	495	496	1.421	1.421		
Passivo de Arrendamento	13.552	13.552	5.136	5.136	Nível II	Custo amortizado (i)
Empréstimos e financiamentos	<u>93.153</u>	<u>101.842</u>	<u>112.745</u>	<u>112.745</u>	Nível II	Custo amortizado (i)

- (i) Para esses instrumentos financeiros, a Companhia acredita que o custo amortizado se aproxima do valor justo e, portanto, nenhuma outra consideração foi tomada pela Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial são referentes aos saldos de caixa e equivalentes, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, contas correntes com partes relacionadas, assim como fornecedores, bilhetagem eletrônica, outras contas a pagar e passivo de arrendamento não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2021.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis);

Apuração do valor justo

- **Nível 2** - Assim saldos de aplicações financeiras, caixa restrito s, contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo. Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

c. Fatores de risco que podem afetar os negócios

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez (i)
- Risco de mercado (ii)
- Risco de crédito (iii)

(i) Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez efetuando uma Administração baseada em fluxo de caixa, buscando melhorar o grau de alavancagem financeira. O Grupo monitora os ativos e passivos para mitigar os riscos de eventuais descasamentos. O quadro abaixo resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da empresa em 31 de dezembro de 2021, conforme fluxo financeiro contratual.

Em 31 de dezembro de 2021	Até 1 ano	1 a 2	3 a 5	>5	Total
Bilhetagem eletrônica	58.519	-	-	-	58.519
Fornecedores	38.388	11.114	-	-	49.502
Empréstimos e financiamentos	23.929	47.468	21.756	-	93.153
Passivo de arrendamento	5.899	4.768	2.885	-	13.552

(ii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimo e financiamento junto às instituições financeiras e está exposta a taxas de juros. O saldo das aplicações financeiras, inclusive as que constam classificadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa (nota 5), somados ao caixa restrito são indexados pelo CDI, neutralizando parcialmente o risco de taxa de juros. Vale ressaltar que a Companhia não sofre impactos de variações cambiais, pois as suas operações e transações são todas realizadas na moeda local (real).

(iii) *Risco de crédito*

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com alta remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, o Grupo possui uma base reduzida de clientes, esses clientes também atuam como fornecedores e em função disso, reduz a sua exposição a riscos de crédito, bem como o Grupo realiza de forma contínua de análises de crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	90.393	70.919
Aplicações financeiras	13.399	17.349
Caixa restrito	33.872	36.000
Contas a receber, líquidas	12.548	10.820
Conta corrente Mondopass/Mondo Holding	482	9.073

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

- Análise de sensibilidade das aplicações financeiras - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, as quais a Companhia estava exposta, na data-base 07 de janeiro de 2022, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração a incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário.
- Análise de sensibilidade dos empréstimos financeiros - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos empréstimos financeiros, as quais a Companhia estava exposta, na data-base 07 de janeiro de 2022, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada os juros para o período de um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário.

		Projeção Receita Financeira - um ano					
		Risco de redução			Risco de aumento		
Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário Provável 11,75%	Cenário I (-50%) 5,88%	Cenário II (-25%) 8,81%	Cenário III (+25%) 14,69%	Cenário IV (+50%) 17,63%	
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	83.369	9.796	4.898	7.347	12.245	14.694

		Projeção Receita Financeira - um ano					
		Risco de redução			Risco de aumento		
Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário Provável 11,75%	Cenário I (-50%) 5,88%	Cenário II (-25%) 8,81%	Cenário III (+25%) 14,69%	Cenário IV (+50%) 17,63%	
Aplicações financeiras	Selic	13.399	1.574	787	1.181	1.968	2.362

		Projeção Empréstimo Financeiro - um ano					
		Risco de redução			Risco de aumento		
Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário Provável 11,75%	Cenário I (-50%) 5,88%	Cenário II (-25%) 8,81%	Cenário III (+25%) 14,69%	Cenário IV (+50%) 17,63%	
Empréstimo Financeiro (Debêntures)	CDI	99.143	13.156	9.226	11.245	15.152	17.037

- Gestão de risco de capital – Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de pontos de vendas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

23 Receitas

	Notas	2021	2020
Taxa credenciamento	(a)	49.609	48.390
Gestão de vendas	(b)	60.756	44.105
Taxa de administração municipal	(c)	5.850	5.370
Rede de vendas	(d)	9.054	8.055
Taxa de emissão 2ª via	(e)	5.902	3.203
Vendas Web aos usuários	(f)	195	171
Entrega em domicílio	(g)	552	397
Outras receitas		<u>2.904</u>	<u>4.254</u>
		<u>134.822</u>	<u>113.945</u>
(-) Deduções da receita - tributos		<u>(15.695)</u>	<u>(13.142)</u>
Receita líquida		<u>119.127</u>	<u>100.803</u>

- (a) Prestação de serviços cobrados das empresas que comercializam o crédito vale-transporte e vendas diretas a empregadores;
- (b) Taxa de administração e gerenciamento de vendas de créditos eletrônicos às empresas intermunicipais;
- (c) Taxa de administração cobrada das empresas de transportes às empresas municipais;
- (d) Receita oriunda do credenciamento junto à SPTRANS;
- (e) Prestação de serviços cobrados na emissão da 2ª via dos cartões eletrônicos;
- (f) Taxa de conveniência pela venda de créditos de bilhetagem via internet;
- (g) Tarifa na entrega do cartão domiciliar.

24 Informações sobre a natureza das despesas (custos e despesas)

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação de custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, reconhecidos na demonstração do resultado, são apresentadas a seguir:

	2021	2020
Despesas de serviços especializados (a)	(74.433)	(50.594)
Despesas administrativas (b)	(12.570)	(30.940)
Despesas com pessoal	(13.457)	(12.033)
Despesas com publicidade e propaganda	(11.147)	(3.317)
Amortização de Direito de Uso - Arrendamento mercantil	(5.379)	(758)
Depreciação e amortização	(5.389)	(3.112)
Custos com expansão e operação (c)	<u>(3.649)</u>	<u>(47)</u>
	<u>(126.024)</u>	<u>(100.801)</u>
Custo dos serviços prestados	(87.858)	(50.500)
Gerais e administrativas	(27.019)	(46.984)
Vendas e marketing	<u>(11.147)</u>	<u>(3.317)</u>
	<u><u>(126.024)</u></u>	<u><u>(100.801)</u></u>

- (a) Refere-se a preponderantemente manutenção de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação.
- (b) Refere-se a despesas com itens administrativos, despesas condominiais, serviços de consultoria administrativa e financeiras.
- (c) Refere-se a custos com emissão e entrega de cartões, com transporte de valores e custos para manutenção e reparo nos Terminais de Atendimento.

25 Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras		
Encargos bancários	(389)	(121)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.873)	-
Custos de captação de empréstimos e financiamentos	(1.529)	-
Despesa com juros de arrendamento	(964)	(380)
Outras despesas financeiras	<u>(2.316)</u>	<u>(736)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(14.071)</u>	<u>(1.237)</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	3.221	785
Outras receitas financeiras	<u>142</u>	<u>3.331</u>
Total das receitas financeiras	<u>3.363</u>	<u>4.116</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(10.708)</u>	<u>2.879</u>

26 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue:

a. Apuração pelo lucro real

	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(16.463)	2.924
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	5.597	(994)
Prejuízo Fiscal do Exercício - não reconhecido	(2.529)	-
Adições/(Exclusões) permanentes líquidas (a)	(315)	(9.575)
Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05 (b)	(4.120)	8.895
Outros	(1.224)	1.674
	(2.591)	-
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(1.566)	
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(1.025)	31
	(2.591)	31

- (a) Adições permanentes de 2020 referem-se principalmente a adição de baixas para perda de recebíveis mediante acordo de quitação com o CMT.
- (b) A Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05, possibilita a utilização para fins de dedução da base de cálculo de imposto de renda e contribuição social todos os gastos, de projetos que atendam às premissas da Lei do Bem, registrados no intangível. No entanto, no momento em que esses projetos entram em operação e passam a ser amortizados, faz-se necessário neutralizar o efeito dessa amortização, pois já foi totalmente utilizada no primeiro momento pelo custo original.

b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo circulante

	2021	2020
Provisão para participação nos resultados	4.343	406
Provisões diversas	6.569	5.844
IFRS 16	624	21
Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05	(8.279)	-
	3.257	6.271
Imposto Diferido - 34%	1.107	2.132

Os impostos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais são reconhecidos com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

27 Eventos subsequentes

* * *

Rodney Sarracino de Freitas
Diretor Presidente

Genilda Barbosa Sousa
Gerente Contábil e fiscal
CRC SP-279051/O-5